



Nº 03 – MARÇO 2016

DESTAQUES

Crítica ao cigarro reposiciona ministra do MAPA no cumprimento da CQCT

A ministra da Agricultura, Katia Abreu (PMDB), surpreendeu o “setor do tabaco” ao defender publicamente que “deveria ser proibido fabricar cigarro”.

Em sua conta pessoal no Twitter, ela escreveu, no dia 7 de março, que “não tem justificativa para se vender veneno”, e informou que vai protocolar projeto de lei sobre o assunto quando voltar ao Senado. No dia 10 de março, provocada pela imprensa, a ministra confirmou a postagem.

“É aquilo que eu tuitei, sem arrependimentos. É aquilo que eu tuitei”, reafirmou.

Após a postagem, o “setor do tabaco” repudiou a posição da ministra ainda que a crítica tenha atingido o produto manufaturado e não a produção de tabaco, cultura a qual o Ministério da Agricultura incentiva política e economicamente. O termo “setor do tabaco” ou “cadeia produtiva do tabaco” é utilizado para designar a união entre produtores e indústria do tabaco.

O atual consultor da Afubra, Romeu Schneider, criticou duramente a opinião da ministra no Programa Rádio Afubra, no dia 12 de março.

“É surpreendente, uma ministra da agricultura quando sua posição deveria ser em defesa da cadeia produtiva, se posicionar radicalmente contra, isto é uma falta de responsabilidade (...) Ela é do Centro-Oeste na região onde não se produz tabaco, e nunca se produziu, e certamente não tem ideia da importância e da magnitude da atividade da produção de tabaco aqui no Brasil”.

Em agosto de 2015, a ministra mostrou-se aliada da produção tabaqueira em reunião com o presidente da Câmara Setorial do Tabaco, em Brasília. Durante a apresentação dos desafios da Câmara Setorial, a ministra questionou o posicionamento do governo brasileiro e destacou que o tema deveria ser tratado como assunto da Agricultura e menos da Saúde.

Na ocasião, o prefeito de Venâncio Aires, e presidente da Câmara Setorial do Tabaco, Airton Artus, criticou a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, ficando

acertada a instalação de um gabinete direto entre câmara setorial do tabaco e a chefia de gabinete do MAPA.

“Desde a assinatura da Convenção Quadro, são muitas as ameaças que assolam produtores e inibem investimentos da indústria no país”, destacou na ocasião.

Katia Abreu foi eleita senadora pelo Tocantins e está licenciada há um ano, quando assumiu o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com a reprovação pública ao cigarro, a ministra reposicionou o Ministério da Agricultura junto ao Estado Brasileiro em seu compromisso no cumprimento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

http://gaz.com.br/conteudos/geral/2016/03/09/67917-para_ministra_deveria_ser_proibido_fabricar_cigarro.html.php

<http://www.folhadomate.com/noticias/politica/ministra-da-agricultura-questiona-convencao-quadro>

http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2015/08/jornal_cidades/453185-ministra-katia-abreu-conhece-o-projeto-do-polo-de-proteina.html

<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/ministra-agricultura-confirma-declaracao-contracigarro-feita-twitter-61221>

BRASIL

Projeto de Lei que propõe CIDE-TABACO utiliza dados do INCA

Citando dados do Instituto Nacional de Câncer segundo os quais, de cada 100 pacientes com câncer, 30 são fumantes, o Projeto de Lei Complementar 4/15, do deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Tabaco) incidente sobre a fabricação ou a importação de tabaco e seus derivados, será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado pelo Plenário.

Se aprovada, a proposta será regulamentada pelo Poder Executivo e entrará em vigor no ano seguinte ao da sua publicação.

Segundo Molon, “os custos com a prevenção e o tratamento de doenças provocadas pelo tabaco e seus derivados são exorbitantes. Segundo o Ministério da Saúde, gasta-se com o tratamento de fumantes duas vezes mais do que se arrecada com os impostos do cigarro. Especificamente para o SUS – Sistema Único de Saúde, o tabagismo provoca um prejuízo anual de pelo menos R\$ 338 milhões (7,7% do custo de todas as internações e quimioterapias no País)”, observa.

O produto da arrecadação da Cide será calculado com base na alíquota de 2% sobre o lucro dos fabricantes ou importadores de tabaco e seus derivados. De acordo com a

proposta, são contribuintes as empresas domiciliadas no País que se dediquem às atividades de fabricação ou importação de tabaco.

A base de cálculo da contribuição será o valor do resultado do exercício, encerrado em 31 de dezembro de cada ano, antes da provisão para o Imposto sobre a Renda.

Os recursos arrecadados com a Cide serão destinados exclusivamente aos fundos municipais de saúde e ao financiamento de ações em hospitais das redes públicas de saúde, em âmbito municipal, estadual e federal. Essa verba não integrará o cálculo dos recursos mínimos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, previstos na Constituição.

Fonte: Câmara – Edição: SE-Conicq

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SAUDE/505112-PROJETO-INSTITUI-CONTRIBUICAO-PARA-TRATAMENTO-DE-VITIMAS-DO-CIGARRO.html>

Entidades entregam carta aos senadores apoiando proposição que previne tabagismo

Entidades empenhadas no controle do tabagismo no país através do cumprimento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco estiveram em Brasília, no dia 17 de março, para entregar uma carta aberta aos Senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Ana Amélia (PP-RS) pedindo apoio ao PLS 769/2105, que padroniza as embalagens dos cigarros.

A Senadora Ana Amélia intermediou, há duas semanas, uma visita de representantes da indústria do tabaco e prefeitos do Sul de municípios produtores de tabaco ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para criticar o projeto em questão.

As entidades, lideradas pela Aliança de Controle do Tabagismo, acreditam que a carta possa sensibilizar senadores envolvidos com o temática do câncer no país.

“Reconhecemos que os nobres Senadores já se envolveram em importantes iniciativas legislativas que beneficiaram inúmeros pacientes com câncer e, justamente por coerência a esses precedentes, esperamos contar com o apoio de Vossas Excelências para a aprovação do PLS 769/15, que, convém repetir, reduzirá o número de tabagistas e, conseqüentemente, a incidência de várias doenças relacionadas ao uso tabaco e dos seus custos para o sistema de saúde”.

No gabinete da Senadora Ana Amélia estiveram presentes representantes da ACT, Abrale, SBOC e Femama. A carta do senador Renan Calheiros entregue no gabinete da presidência.

Fonte: ACT – Edição: SE-Conicq

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Autoridades e produtores apostam no tabaco energético como alternativa ao cigarro

Em 2015, foram apresentadas perspectivas de alternativas de produção para a pequena propriedade rural da região produtora de fumo virgínia nos municípios do Rio Grande do Sul.

Em agosto, o secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Fábio Branco, debateu com empresários e prefeitos dos municípios da região as possibilidades inovadoras do tabaco energético.

Trata-se de um tabaco mutagênico para ser utilizado na produção de biocombustível, principalmente querosene de aviação.

Na ocasião, o secretário Fábio Branco assinalou que além de agregar valor à propriedade rural, o tabaco energético representaria uma conquista, uma vez que se trata de uma cultura que não substituirá a produção de alimentos, mas sim, representará uma inovação numa região onde a atividade econômica da família rural está no cultivo de pequenas áreas.

Ainda em fase experimental, a pesquisa *Produção de biocombustíveis a partir do tabaco energético* está sendo coordenada pela professora Rosana Schneider com o apoio de bolsistas e professores dos cursos de Química, Engenharia Mecânica e do Mestrado em Tecnologia Ambiental da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), e financiada pela secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado do RS (SDECT).

Para o prefeito de Dom Feliciano, Dalvi Soares, vice-presidente da AMPROTABACO – Associação dos Municípios Produtores de Tabaco do Brasil, “trata-se de uma alternativa muito interessante para diversificação da renda da propriedade rural”.

Na avaliação do prefeito de Camaquã, João Carlos Machado, tudo que estiver relacionado com a produção de energia renovável tem futuro e o tabaco energético pode ser uma alternativa para a região que concentra expressivo número de produtores de tabaco virgínia.

Desenvolvida na Itália, a variedade solaris foi trazida ao Brasil em 2012 pela empresa italiana Sunchem, voltada ao aproveitamento do tabaco energético. De lá para cá, lavouras experimentais implantadas no Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais comprovaram produtividade média da planta em diferentes regiões.

A SunChem é uma empresa criada em 2007 na província de Parma, Itália, a partir da também italiana Isoedil, para o desenvolvimento e o aproveitamento do tabaco energético e vem desenvolvendo pesquisas em escala mundial.

Fonte: Unisc – Edição: SE-Conicq

<http://www.unisc.br/portal/pt/sala-de-imprensa/noticias/3308/unisc-oferece-servico-tecnologico-de-producao-de-biodiesel.html>

<http://www.sct.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=81&id=3735>

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

Representantes do tabaco pressionam contra Projeto de Lei do Senador José Serra

O Projeto de Lei do Senado 769/2015, proposto pelo Senador José Serra (PSDB-SP), que determina que as embalagens dos cigarros sejam padronizadas, mantendo as advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo, tem enfrentado forte pressão política dos representantes do tabaco.

No dia 2 de março, representantes dos produtores e da indústria do tabaco tiveram encontro com o Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), intermediado pela Senadora Ana Amélia (PP-RS) para solicitar que a matéria fosse amplamente discutida em todas as comissões.

Com a tramitação proposta, a proposição entrará na pauta comum, e pode demorar anos para ser votada. Caso mantenha o rito atual, será submetida à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo a esta última decidir terminativamente sobre a matéria.

Sensibilizado, o Senador Renan Calheiros se mostrou favorável a reivindicação das entidades tabaqueiras. Em tramitação desde o dia 17 de fevereiro na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, o PLS teve relatório favorável do Senador Otto Alencar, e incluído na pauta para votação, teve adiada a apreciação pela terceira vez após pedido de vista do Senador Gladson Camelli (PP-AC).

Técnicos de Saúde e lideranças antitabagismo tem constatado na Câmara e Senado presença de representantes da indústria do tabaco e prefeitos do Sul, sob o argumento que as medidas previstas no PLS irão gerar desemprego na cadeia do fumo.

Fonte: Senado – Edição: SE-Conicq

<https://www12.senado.gov.br/institucional/presidencia/noticia/renan-calheiros/produtores-de-fumo-pedem-mais-discussao-para-projeto-de-combate-tabagismo>

<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124339>

Vereadores de Venâncio Aires defendem cigarro associado a produção de tabaco

Os vereadores de Venâncio Aires, município com maior produção de tabaco do país, segundo levantamento da Afubra, repercutiram a opinião da Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, publicada no Twitter sobre a proibição de fabricar cigarro, e se movimentaram para criar uma Frente Parlamentar para debater o tema.

A iniciativa partiu do vereador Celso Krämer (PTB), seguido pela vereadora Cleiva Heck (PDT) que propôs uma Moção de Repúdio que, tramitada e aprovada, será encaminhada a ministra.

Na justificativa, a parlamentar alega que a ministra demonstra desconhecimento da cultura do tabaco e desinteresse pelas 674 mil que sobrevivem desta cultura.

Segundo Heck, a declaração afeta mais de 600 municípios produtores. O setor segundo ela, arrecadou R\$ 13 bilhões em tributos.

Historicamente, a defesa da produção do tabaco por representações de Estados do Sul sempre esteve desvinculada de maneira explícita da fabricação de cigarro.

Krämer, conforme divulgado na publicação online “Folha do Mate”, criticou as ações do Senador José Serra, e da atual ministra da Agricultura, Kátia Abreu, caso a ministra retorne ao Senado.

“Ela, quando voltar ao Senado, junto com o José Serra (PSDB) vão eliminar com a fomicultura e com as fabricas de cigarro e vão garantir a expansão do contrabando”.

O vereador Telmo kist (PDT) destacou que a posição da ministra iria favorecer o contrabando.

“Depois disso, como ela vai sentar junto com a Câmara Setorial do Tabaco e debater sobre o assunto?”

Segundo ele, a ministra não podia tomar um “posição escancarada de ser contra” a fabricação de cigarro. Ele reitera que a manifestação dela atingiu toda uma região de pessoas que trabalham e que vivem do tabaco.

Fonte: Folha do Mate – Edição: SE-Conicq

<http://www.folhadomate.com/noticias/policia/vereadores-saem-em-defesa-do-tabaco>

TABACO ILÍCITO

AMPROTABACO apoia Movimento em Defesa do Mercado Legal e oculta Protocolo para eliminação do mercado ilegal de tabaco

O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) organizaram no dia 3 de março, em Brasília, um ato em prol da defesa do mercado legal no Brasil dentro das comemorações do Dia Nacional de Combate ao Contrabando.

Segundo informado no site da Afubra, durante o evento, a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco) aderiu ao Movimento Nacional de Combate ao Contrabando.

Presente ao encontro, o vice-presidente da entidade, prefeito de Dom Feliciano, Dalvi Soares, disse que a Amprotabaco pretende propor ao governo federal ações para evitar as graves consequências do contrabando no Brasil.

Soares, no entanto, não fez qualquer menção ao Protocolo para eliminação do mercado ilegal de produtos do tabaco que tramita nos órgãos do governo há pelo menos três anos.

Em 2013, a Câmara Setorial do Tabaco propôs uma ação junto aos ministérios da Fazenda, Justiça e Relações Exteriores para apressar a aprovação do protocolo. Na

ocasião, o então Presidente da Câmara Setorial do Tabaco, Romeu Schneider, ressaltou a necessidade de ratificação do tratado pelo Congresso.

O Movimento em Defesa do Mercado Legal enviou em fevereiro uma carta as autoridades ligadas ao tema solicitando apoio de medidas no combate ao contrabando: o controle das fronteiras, a criação de uma agenda positiva Brasil/Paraguai e a promoção de ajustes tributários para que os produtos legalizados possam ser mais competitivos.

Segundo apurado, o movimento conhece o Protocolo. A página www.naoacontrabando.com.br pertencente ao movimento em defesa do mercado legal noticiou, em novembro de 2015, discurso do Senador José Serra no plenário do Senado solicitando o envio do protocolo ao Congresso para ratificação.

O artigo 15 da Convenção Quadro traz o reconhecimento dos países signatários de que a eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos de tabaco – como o contrabando, a fabricação ilícita, a falsificação são componentes essenciais do controle do tabaco.

<http://www.afubra.com.br/noticias/10296/amprotabaco-adere-ao-movimento-nacional-em-defesa-do-mercado-legal.html>

<http://fbha.com.br/noticias/movimento-em-defesa-do-mercado-legal-reune-entidades-em-brasilia-no-dia-nacional-de-combate-ao-contrabando>

http://actbr.org.br/uploads/conteudo/1034_Protocolo-Mercado-Illicito.pdf

<http://www.afubra.com.br/noticias/4621/mercado-ilegal-de-cigarros-ja-chega-a-38.html>

<http://www.naoacontrabando.com.br/noticia/jose-serra-defende-medidas-de-combate-ao-contrabando-de-cigarros/>

MUNDO SEM TABACO

Chile disponibiliza novas advertências cedidas pela OMS a partir de maio

Mulheres e adolescentes entre 13 e 15 anos são o foco

Novas advertências estarão disponíveis para a população chilena, a partir de maio, e terão como incumbência sensibilizar mulheres e adolescentes, dois grupos que tem no Chile as mais altas taxas de consumo de cigarros - entre 13 e 15 anos – perante os números globais.

O ministro da Saúde, Jaime Burrows, explicou que a políticas das novas advertências tiveram a cooperação da Organização Pan-Americana da Saúde.

"Tivemos o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde, que cedeu seu banco de imagens." afirmou.

Além disso, "nós foram apoiados na discussão de mudanças legais atualmente no Congresso, que no Chile um pacote genérico é implementado e eficazmente ocupar uma porcentagem maior de advertência dentro deste formato", disse Burrows.

O coordenador da Comissão de Tabaco da Sociedade Chilena de Doenças Respiratórias, Maria Paz Corvalan, disse que "agora há um estudo -de fevereiro 2016 publicado na revista especializada Tobacco Control 'e fez no Uruguai, onde é evidente que se você aumentar o tamanho dos maços de cigarros aviso, ele aumenta a sua eficácia ".

Para isso, as imagens nos maços de cigarros devem referir-se a estes grupos de idade e sexo, como 28 por cento das mulheres grávidas no Chile que fumam.

Em resposta, o economista e sócio da ONG "snuff gratuito" Guillermo Paraje, disse que a campanha "é um passo para trás, não sei se é um erro (mas) eu acho que eles deveriam ter insistido em termos de imagens eles estavam usando, risco e perigo envolvido em termos de uso do cigarro de saúde ".

No entanto, considerou que estas imagens "será eficaz, porque tais políticas têm uma eficácia de custo elevado, mas parece que não vai ser tudo o que pode ser eficaz em outros casos", acrescentou.

Enquanto isso, os valores referem-se ao consumo em adolescentes, de acordo com o Serviço Nacional de Prevenção e Reabilitação de Drogas e Álcool (Senda), a idade média em que eles começam a fumar é de 13,2 anos no para as mulheres e 13,3 nos homens.

Embora de acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Saúde através do seu Inquérito Nacional de Saúde, 40,6 por cento dos chilenos entre 15 e 65 anos consomem rapé.

Fonte: Cooperativa – Edição: SE-Conicq

<http://www.cooperativa.cl/noticias/pais/salud/nueva-campana-antitabaco-apuntara-a-mujeres-embarazadas-y-adolescentes/2016-02-19/155742.html>

Aumento de imposto sobre o tabaco em Portugal gera 245 milhões de euros

O Governo de Portugal vai aumentar o imposto sobre o tabaco. As contas do governo concluem que a receita renderá cerca de 245 milhões de euros.

A informação foi dada pelo Ministério das Finanças, de acordo com a proposta de Orçamento do Estado para 2016, realizada pela Ministra Teodora Cardoso.

Em 2016, o mês de janeiro corresponde a uma maior receita fiscal devido ao aumento do consumo de tabaco pelos portugueses.

“A diferença entre os valores em contabilidade pública e contabilidade nacional foi estimada em 100 milhões de euros”, remata o ministério de Mário Centeno.

O aumento de imposto não levou em conta o aumento de contrabando verificado no país nos últimos anos. Segundo apurado pela imprensa, Portugal tem sido utilizado como rota pelas máfias internacionais de tabaco ilegal, e ultimamente como país de destino.

Segundo a OMS, a indústria do tabaco está envolvida com o comércio ilegal, e solicitou ao governo português que assine o protocolo do comércio ilícito dos produtos de tabaco.

Fonte: Dinheiro Vivo – Edição: SE-Conicq

<http://www.dinheirovivo.pt/economia/austeridade-sobre-o-tabaco-rende-245-milhoes-de-euros/#sthash.1e6hVUgp.dpuf>

<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/aprensoes-de-tabaco-de-contrabando-estao-a-aumentar-em-portugal-1697436>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Expediente:

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA